

A blurred laboratory background featuring a pipette tip in the upper left and a multi-well plate in the lower half. The text is overlaid on this background.

PROJETO DE PESQUISA

CENTRO DE INTELIGÊNCIA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO DO SUL

RESUMO

ESTE É UM PROJETO DE PESQUISA DO CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO DO SUL PARA DESENVOLVER UM DIAGNÓSTICO SOBRE LITIGÂNCIA PREDATÓRIA E SUA REPERCUSSÃO NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO.

PROBLEMA DA PESQUISA

QUAL O IMPACTO DO FENÔMENO DA LITIGÂNCIA PREDATÓRIA NO PODER JUDICIÁRIO DO MATO GROSSO DO SUL E QUAIS AÇÕES IMPLEMENTAR PARA PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO?

OBJETIVOS

- IDENTIFICAR E MAPEAR LÍTIÍGIOS DE NATUREZA PREDATÓRIA
- FORMULAR DIAGNÓSTICO ABRANGENTE
- PROPOR ESTRATÉGIAS PARA ENFRENTAMENTO E PREVENÇÃO



METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa explicativa de natureza aplicada com abordagem quali-quantitativa.

MÉTODOS

Os métodos utilizados para a pesquisa serão o experimental, o documental, estudo de casos e levantamento de dados.

TÉCNICAS

As técnicas utilizadas serão pesquisa de campo, questionários, análises de conteúdos e dados, entrevistas/reuniões e observação



OBJETO

Litigância Predatória

* "Ajuizamento de ações em massa, por meio de petições padronizadas, artificiais e recheadas de teses genéricas, desprovida de qualquer fundamentação idônea, em nome de pessoas vulneráveis, objetivando vantagens indevidas, geralmente com a estipulação de expressivos percentuais de honorários advocatícios nos contratos da prestação de serviço."



MARCO TEMPORAL

2015 à 2021

MARCO TEÓRICO



Criação do Centro de Inteligência do
Poder Judiciário



Criação do Centro de Inteligência TJMS

ABRANGÊNCIA DA PESQUISA



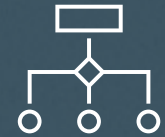
Poder judiciário/MS

- Varas Cíveis
- Juizados Especiais Cíveis
- Câmaras Recursais Cíveis/Turmas Recursais Cíveis

Comarcas Referências

- Naviraí, Mundo Novo, Amambai, Iguatemi
- Varas Especializadas em Direito Bancário (Entrância Especial)

FLUXO OPERACIONAL DA PESQUISA



Reuniões com
o grupo operacional e
decisório do CI

Reuniões
com grupos ligados ao
objeto da pesquisa

Coleta dos dados
(quantitativos e
qualitativos)

Estruturação e
sistematização dos dados

Relatório

Elaboração da Nota
técnica

DURAÇÃO DO TEMPO DA PESQUISA

- Agosto à dezembro de 2021
- Tempo médio para cada fluxo: 18 dias



PROPOSIÇÕES

Abordagem Quantitativa:

Qual o quantitativo de litígios envolvendo demandas repetitivas e predatórias no Poder Judiciário do Mato Grosso do Sul?

Quais as modalidades de conflitos mais comuns nesse tipo de demanda?

Qual percentual que essas demandas representam no acervo total de processos no Poder Judiciário?

Existe concentração de interposição desses litígios em determinados/as municípios/comarcas?

Qual ou quais fatores definem essa concentração?

Qual o percentual de processos ajuizados nos últimos cinco anos com esse perfil?

Qual o percentual ajuizado no período da pandemia?

Qual o percentual de direcionamento dessas ações para as Varas Cíveis?

Qual o percentual de direcionamento dessas ações para os Juizados Especial?

Há fator determinante para a escolha da competência comum ou especial? (valor da causa, custas, sucumbência...)?

Qual o percentual de ações propostas pela Defensoria Pública em conflitos da mesma natureza ?

Há realização de conciliação/mediação nestes processos? Qual percentual?

PROPOSIÇÕES

Abordagem Quantitativa:

Qual o percentual de comparecimento das partes na conciliação/mediação?

Qual percentual de acordos nesses litígios?

Qual o percentual de julgamentos procedentes destas demandas em 1º grau?

Qual o percentual de recorribilidade?

Qual o percentual de julgamentos procedentes destas demandas em 2º grau?

Há condenação por litigância de má fé nessas demandas? Se positivo, qual percentual?

Qual o percentual de condenações por litigância de má-fé no 1º grau?

Qual o percentual de manutenção de condenações por litigância de má-fé no 2º grau?

Qual o percentual de condenações por litigância de má-fé no 2º grau?

Qual o tempo médio de duração desses processos?

Qual impacto "custo-tempo" de tramitação?

Qual o impacto dessas demandas no grau congestionamento?

Qual o impacto financeiro para o Poder Judiciário?

PROPOSIÇÕES

Abordagem Qualitativa

Qual o perfil socioeconômico dos autores e réus nas ações? (gênero, renda, grau de escolaridade, profissão..)

Os autores desses litígios apresentam peculiaridades específicas/grupo de vulneráveis? (indígenas, ribeirinhos, idosos/as, aposentados/as, pessoas de baixa renda, funcionários públicos...)

Há intersecção entre essas peculiaridades?

Os empréstimos suplantam os 40% da renda?

Existem advogados com atuação exclusiva nestas demandas? Quais?

Qual perfil desses profissionais? Eles integram sociedades/escritórios de advocacia?

Como captam os clientes? Quais são os meios?

Há mecanismos/recursos/procedimentos já aplicados para evitar/coibir/reduzir a litigância predatória? Quais e qual o resultado?

Existem mecanismos/medidas/procedimentos definidos em outros Tribunais ou CIs?

BANCO DE DADOS

Fontes de Dados Quantitativos

- Pesquisa survey no âmbito do 1º grau
- Mapeamento de outras pesquisas produzidas (CNJ/JE/JF/JT)
- Marcos legais e teóricos
- Repositórios de Decisões judiciais
- Bancos Estatísticos - CNJ/SAJ/CGJ
- Notas Técnicas de outros CIs
- Informações sobre o tema em fontes diversas (sites, redes sociais, revistas, jornais, periódicos, livros, relatórios veiculados por instituições, órgãos públicos/privados, inclusive imprensa)



BANCO DE DADOS

Fontes de Dados Qualitativos

- Entrevistas com juízes/juízas comarcas referências – roteiro semiestruturado
- Estudo de Casos (por amostragem de processos)
- Reuniões com integrantes de outros Cis, órgãos e outras instituições, ligadas com o objeto da pesquisa



COLABORADORES

TJMS

- Secretaria de Planejamento e Informática
- Numopede
- Corregedoria Geral de Justiça
- Magistrados (as)
- Servidores (as)
- Grupo decisório do Centro de Inteligência
- Biblioteca

REDE DOS CENTROS DE INTELIGÊNCIAS

OUTROS ÓRGÃOS

- Ministério Público
- Defensoria Pública
- OAB
- Febraban
- INSS



PONTOS CRÍTICOS

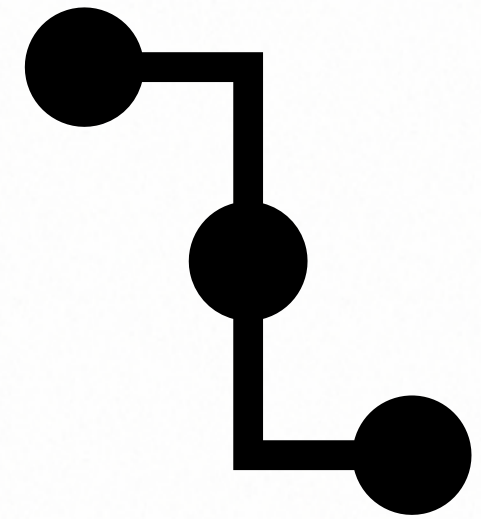
Inexistência de sistema de inteligência artificial para mineração dos dados

Insuficiência de indicadores no sistema estatístico do Tribunal para o tema da pesquisa

Ausência de funcionalidades no SAJ que facilitem o uso de critérios de busca sobre essas demandas

Falta de pessoal operacional para a mineração/estruturação dos dados

Riscos - promover a gestão de demandas predatórias/não promover a gestão de demandas predatórias



GRUPO OPERACIONAL CENTRO DE INTELIGÊNCIA/TJMS

COORDENAÇÃO DA PESQUISA

- Dra. Janine Rodrigues de Oliveira Trindade
Juíza de Direito

ELABORAÇÃO E COLABORAÇÃO

- Dra. Liliana de Oliveira Monteiro
Juíza de Direito
- Dra. Adriana Lampert
Juíza de Direito
- Dra. Thielly Dias de Alencar Pitthan
Juíza de Direito





A Tragédia do Judiciário

Ivo Teixeira Gico Jro

"Cada vez mais pessoas deixarão de usar o Judiciário para fazer valer seus direitos e cada vez mais pessoas passarão a usar o Judiciário para postergar ou anular suas obrigações.
É a antítese da função social do Judiciário.

"Para que não restem dúvidas: ninguém quer acesso ao Judiciário, as pessoas querem acesso ao seu direito (serviço público adjudicatório). Enquanto isso não for compreendido, o futuro do Judiciário será trágico."